

# ANÁLISE



Anderson Mondlane  
anderson.mondlane@gmail.com

## Corporate Governance: boas práticas no sector público

**H**á uma semana, o Ministério da Função Pública realizou a Conferência Nacional de Administração Pública, com o lema "Boas Práticas no Âmbito da Reforma do Sector Público em Moçambique". Para mim, parece que o nosso Governo esta mesmo alinhado aos outros governos do continente e do mundo, que abraçam as boas práticas como um dos instrumentos-chave nos seus esforços de melhorar a actuação do sector público, que culminará com a eficácia e eficiência na prestação de serviços. Força e os meus parabéns à ministra Vitória Diogo.

Parece-me que os governantes, não só em Moçambique mas em toda a África, já perceberam que a única forma de combater a pobreza é ser sincero com os cidadãos, isto é, lidar com o cidadão dum forma honesta. Em Junho, entre os dias 16 e 17 do ano passado, tive o privilégio de participar no 4º Fórum Anual sobre Reforma e Modernização de Administração e Governação Pública, acolhida pelo Centro Africano de Formação e Pesquisa Administrativa para o Desenvolvimento (CAFRAD, que teve lugar na Tangier, Marrocos). O encontro contou com a participação de 29 países representados por 100 delegados, constituído por ministros da Função Pública ou seus representantes, para além de embaixadores instalados naquele país. Também estavam representadas, no mesmo encontro, dez organizações regionais e internacionais.

O que interessa ao leitor dessa coluna sobre o encontro da Tangier, é o facto do mesmo ter tido o Corporate Governance como uma das áreas temáticas do debate. Aliás, o convite que os organizadores me formularam era para apresentar aos delegados o tema "Corporate Governance", examinando a sua relevância para o sector público na luz das parcerias públicas e privadas, que marcam a nascedoura do milénio.

Para o melhor enquadramento desse conceito no sector público, acho eu, interessante apreciar aquilo que foi o percurso das economias africanas e como é que o mesmo deixou o legado que informou a actuação no sector público.

Primeiramente, começamos com o facto de muitos africanos não terem sido formados para trabalhar como funcionários públicos, mas sim preparados para serem serventes dos mestres na era colonial. Isso agravado pela escravatura e maltratos levou muitos patriotas africanos a arregaçar as mangas para combater o colonialismo, e para a maior partes desses, a única formação que tinham tido era a preparação militar também não científica, visto que eram constantemente seguidos pela polícia secreta colonial. Foram esses guerrilheiros que assumiram o Governo e a Função Pública após a independência. Imagina, então, o tipo da base que a Função Pública tem em África.

Em segundo lugar, esses guerrilheiros, que a maior parte não

teve acesso à educação científica em matérias de gestão, administração e governação, foram desafiados pelo facto de África ter sido relegada a um campo de disputas das duas filosofias que dominavam o mundo, isto é, a democracia marcada pela liberalização dos mercados e inerente à governação do Oeste e o socialismo caracterizado pela centralização de poderes de tomada de decisão, que caracterizou o falido bloco Oriental. Sublinhar que a maior parte dos países africanos optaram pelo socialismo, talvez pelo facto dos socialistas terem ajudado nas lutas de libertação. O próprio fundador da Frelimo, o Saudoso Dr. Eduardo Chivambo Mondlane e que a sua alma descanse em paz, proferiu a jornalista da BBC em 1968 que embora não tivesse a resposta sobre a política que Moçambique iria seguir após independência, o facto dos socialistas terem sido activos no apoio aos esforços de libertação podia influenciar a direcção que Moçambique iria seguir. Mondlane continuou e afirmou que era a razão pela qual visitava países europeus como a Inglaterra, que eram vistos como apoiantes dos sistemas coloniais.

Não há dúvida, então, que o sistema socialista informou aquilo que foi a cultura da prestação do sector público em muitos países em africanos. Enquanto o objectivo do mesmo era a distribuição equitativa dos recursos, baseada no princípio de igualdade, o sistema foi vulnerável ao abuso e culminou naquilo que o autor britânico do "Animal Farm", George Orwell, designou de "todos animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros". Essa atitude, combinada com sanções dos países socialistas pelos capitalistas e guerras civis que dum forma de cogumelos surgiram em toda a África, deixaram a Função Pública africana favelada e sobre a piedade das instituições da Bretton Woods. Salientar que muitos analistas falaram muito sobre estas instituições desde o surto da crise económica global, assim permita-me caro leitor saltar para o resumo da essência do Corporate Governance no sector público.

Já foi dito várias vezes que o Corporate Governance tem haver com como as "empresas são dirigidas e controladas". Como palavra, o termo Corporate foi sempre traduzido para "empresa". Todavia, as duas palavras "Corporate Governance" são tidas como uma expressão que representa um conceito com princípios estabelecidos de boas práticas ou baseado no moralmente correcto.

Esses princípios são visto como importantes e pertinentes da mesma maneira, tanto para o sector público, assim como para o sector privado. O Relatório King II sobre o Corporate Governance, por exemplo, desafia o sector público em geral e outras instituições ligadas ao Estado, incluindo os municípios, para adoptar o conceito com os princípios inerentes, tais como a prestação de contas, a responsabilidade, a independência, a disciplina, a transparência a responsabilidade social. E é de salientar que a responsabilidade social devé ser dinamizada pelo moralmente correcto. ■

*Primeiramente, começamos com o facto de muitos africanos não terem sido formados para trabalhar como funcionários públicos, mas sim preparados para serem serventes dos mestres na era colonial*